

A Crítica não-crítica da 'Paz Liberal'*

The Uncritical Critique of 'Liberal Peace'

David Chandler¹

Resumo

Para muitos comentadores, a falta de sucesso nos esforços internacionais de construção de Estados tem sido explicada por meio do discurso crítico da 'paz liberal', onde é assumido que os pressupostos e interesses 'liberais' do Ocidente têm influenciado a formulação da política levando a resultados contraproducentes. No centro dessa crítica está o pressuposto que a abordagem da paz liberal tem buscado reproduzir e impor modelos Ocidentais: a reconstrução de enquadramentos 'Vestefalianos' de soberania estatal; o enquadramento liberal de direitos individuais e eleições onde os vencedores levam tudo; e programas econômicos liberais de livre mercado. Este artigo desafia esta visão sobre a formulação da política Ocidental e sugere que a intervenção e a construção do Estado em cenários pós-conflito no pós-Guerra Fria podem ser compreendidas como uma crítica dos pressupostos liberais clássicos sobre o sujeito autônomo – enquadrada em termos de soberania, lei, democracia e mercado. A mistura das formas discursivas com o seu antigo conteúdo liberal cria o perigo das críticas da paz liberal poderem reescrever as intervenções do pós-Guerra Fria de modos que exageram a natureza liberal dos enquadramentos políticos e age como desculpando as falhas da política com base na visão elogiadora de si mesma por parte da elite política Ocidental: que os sujeitos não-Ocidentais não estavam prontos para as 'liberdades' Ocidentais.

Palavras-chaves: Paz Liberal. Crítica. Intervenção. Statebuilding. Limites.

Abstract

For many commentators the lack of success in international statebuilding efforts has been explained through the critical discourse of 'liberal peace', where it is assumed that 'liberal' Western interests and assumptions have influenced policy-making leading to counterproductive results. At the core of the critique is the assumption that the liberal peace approach has sought to reproduce and impose Western models: the reconstruction of 'Westphalian' frameworks of state sovereignty; the liberal framework of individual rights and winner-takes-all elections; and neoliberal free market economic programmes. This article challenges this view of Western policy-making and suggests that post-Cold War post-conflict intervention and statebuilding can be better understood as a critique of classical liberal assumptions about the autonomous subject – framed in terms of sovereignty, law, democracy and the market. The conflating of discursive forms with their former liberal content creates the danger that critiques of liberal peace can rewrite post-Cold War intervention in ways that exaggerate the liberal nature of the policy frameworks and act as apologetics, excusing policy failure on the basis of the self-flattering view of Western policy-elites: that non-Western subjects were not ready for 'Western' freedoms.

Keywords: liberal peace, critique, intervention, statebuilding, limits.

* Recebido em 17/05/2013.

Aprovado em 03/09/2013.

Este artigo é a tradução de uma forma modificada de 'The Uncritical Critique of Liberal Peace', *Review of International Studies*, Vol. 36 (2010), Special Issue S1 (Evaluating Global Orders), pp.137-155.

Este artigo foi recebido em inglês e traduzido para o português pela equipe da Revista *Universitas: Relações Internacionais*, com revisão de tradução de Fernando José Ludwig, atualmente University of San Diego e Ramon Blanco, Universidade de Coimbra 1

¹ David Chandler é Professor de Relações Internacionais e Diretor do Centro de Estudos sobre Democracia, do Departamento de Política e Relações Internacionais da Universidade de Westminster. Suas publicações incluem *Routledge Handbook of International Statebuilding* (com Timothy D. Sisk, Routledge, 2013), *Freedom vs Necessity in International Relations* (Zed Books, 2013), *A Liberal Peace?: The Problems and Practices of Peacebuilding* (com Susanna Campbell e Meera Sabaratnam, Zed Books, 2011) e *International Statebuilding: The Rise of Post-Liberal Governance* (Routledge, 2010). Ele é editor da série de livros *Routledge Studies in Intervention and Statebuilding* e *Routledge Advances in Democratic Theory*, assim como editor da revista *Resilience: International Policies, Practices and Discourses*. Email: d.chandler@westminster.ac.uk.

1 Introdução

Desde o final da década de 1990, comentadores têm desenvolvido enquadramentos críticos a respeito da ‘paz liberal’ de modo a entender as novas, mais intervencionistas, abordagens relativamente aos problemas da reconstrução pós-conflito e da ameaça da falência de um Estado (DUFFIELD, 2001; PARIS, 2002; PUGH, 2005; RICHMOND, 2005; RICHMOND; MAC GINTY, 2007). Em essência, mantêm-se que a ‘paz liberal’ vai além das abordagens tradicionais de prevenção de conflitos, ou ‘paz negativa’; em direção da engenharia externa das sociedades pós-conflito por meio da exportação de enquadramentos liberais de ‘boa governança’, eleições democráticas, direitos humanos, Estado de direito e relações de mercado (RICHMOND, 2008a). Como Alex Bellamy resume:

O objetivo principal das operações de paz se torna, assim, não tanto a criação de espaços para a resolução de conflitos negociada entre os Estados, mas sim a contribuição ativa para a construção de políticas, economias e sociedades liberais.” (BELLAMY, 2008, p. 4-5).

O discurso crítico da paz liberal chama a atenção para o problema que – sob a aparência de universalização de enquadramentos liberais ocidentais de democracia e de mercado – as necessidades e interesses daqueles sujeitos à intervenção são muitas vezes ignorados, resultando na manutenção das desigualdades e conflitos, e minando os objetivos de intervenientes externos. A crítica da intervenção internacional e da construção do Estado, enquadradas pela construção da paz liberal, tem sido altamente eficaz em desafiar suposições de soluções fáceis para situações pós-conflito (CHESTERMAN; IGNATIEFF e THAKUR 2005; DOBBINS et al, 2007; PARIS; SISK, 2009a).

Este artigo procura encaminhar um enquadramento alternativo e questionar o uso da rubrica de ‘paz liberal’ para descrever e analisar as intervenções internacionais e de construção do Estado em cenários pós-conflito no período pós-Guerra Fria. Será argumentado que a crítica da paz liberal tem muito menos relação com a prática política do que se possa presumir pelos discursos críticos (radicais e de política) e que, de fato, parece inverter a relação entre a crítica da paz liberal e as suposições políticas dominantes. O desejo compartilhado de criticar a paz liberal leva a um conjunto de pressupostos e representações unilaterais que retratam as intervenções políticas ocidentais como muito *liberais*: muito fixadas em modelos ocidentais, e demasiadamente interessadas

em permitir liberdades democráticas e a autonomia de mercado. Será explicado aqui que este ponto de vista das intervenções ‘liberais’ transformando as sociedades pós-conflito através da ‘imediate’ liberalização e ‘rápida democratização e mercadorização’ é uma narrativa política de ficção e que serve-se a si mesma (PARIS, 2004, p. 235). Esta narrativa de ficção é então utilizada, nos enquadramentos de críticas orientadas politicamente, como a base sobre a qual reflete-se sobre a política ocidental e para limitar as expectativas no que toca as políticas (embora muitas vezes estendendo os controles reguladores), tendo como base o fato de que as aspirações dos intervenientes externos são demasiadamente ambiciosas, muito intervencionistas, e muito ‘liberais’ para os Estados e sociedades que foram sujeitos à intervenção.

É lamentável que esta narrativa política possa parecer receber o apoio das críticas mais radicais das intervenções no pós-Guerra Fria, enquadradas de modo semelhante por meio da crítica de paz liberal. Por exemplo, Oliver Richmond não é excepcional em reler a catástrofe da invasão e ocupação do Iraque em termos de uma ‘tentativa de imitar o Estado liberal’, o que tem ‘feito muito para desacreditar as reivindicações universais de transferência da paz liberal em termos políticos’ (RICHMOND, 2008b, p. 458). Michael Barnett argumenta que ‘valores liberais’ claramente guiam as atividades de construção da paz, e que o seu ‘objetivo explícito’ é ‘criar um estado definido pelo Estado de direito, mercados e democracia’ (BARNETT, 2006, p. 88). Beate Jahn argumentou que ‘a tragédia da diplomacia liberal’ está no pendor ideológico do liberalismo, no qual a intervenção é intensificada apesar de resultados contraproducentes (JAHN, 2007a, 2007b). Teóricos de inspiração Foucauldiana, Michael Dillon e Julian Reid, igualmente reforçam as alegações de que a problemática principal da intervenção é a sua natureza liberal em sua afirmação de que estamos testemunhando um direcionamento liberal para controlar e regular o mundo pós-colonial em nome de um poder neoliberal ou biopolítico, buscando ‘globalizar o poder domesticador dos mecanismos da sociedade civil em uma guerra contra todos os outros modos de formas culturais’ (DILLON; REID, 2009).

Este ponto de vista de uma força transformadora para regular e controlar o mundo pós-colonial com base nos enquadramentos liberais de poder e conhecimento está em grande contraste com o mundo da política, no

qual, à altura do final da Guerra Fria, as principais instituições políticas já estavam bastante pessimistas em relação às capacidades dos indivíduos não-liberais de lidarem com as formas políticas, econômicas e sociais liberais, e também céticas quanto aos Estados do Leste e do Centro da Europa em lidarem com a democracia e com o mercado, sem falar nos Estados da África sub-Saariana. Ao trazer de volta a crítica em relação às práticas políticas parece sugerir que os críticos da política da paz liberal oferecem socorro e consolação aos decisores políticos ao invés de crítica. Isso nos leva à preocupação deste artigo de que as críticas mais radicais da paz liberal talvez precisem garantir que as mesmas não sejam levadas a um enquadramento onde suas intenções críticas venham a ser atenuadas.

Há muitas abordagens diferentes tomadas em relação à crítica às abordagens da paz liberal, no entanto, para fins heurísticos, será útil enquadrar essas diversas críticas dentro de duas grandes, distintas, mas muitas vezes interligadas, abordagens; as quais aqui são classificadas como críticas radicais 'baseadas no poder', e as mais orientadas para as políticas, 'baseadas em ideias'. A primeira abordagem tende a ver o discurso da paz liberal como ideológica e instrumental, argumentando que a retórica da liberdade, mercados e democracia é meramente uma representação do auto-interesse ocidental, o qual possui pouca preocupação genuína com a segurança e as liberdades das sociedades em que intervém. A última abordagem sugere que ao invés de conceitos serem mal utilizados, nas estruturas discursivas de projeção do poder ocidental, o problema encontra-se menos nas relações de poder do que na conceituação universal da própria paz liberal.

2 A Crítica 'Baseada no Poder'

Neste enquadramento, a paz liberal é criticada com base no fato de que ela reflete os valores hegemônicos e as necessidades políticas, econômicas e geo-estratégicas dos Estados ocidentais. Esta crítica incide sobre o papel desempenhado pelos interesses das potências ocidentais em moldar a política, e sobre o impacto das desigualdades econômicas e estruturais da economia mundial. Também presta atenção na naturalização das suposições políticas baseadas nesta perspectiva. Há três versões principais desta perspectiva baseada no poder.

Em primeiro lugar, há uma abordagem crítica que tende a se engajar com uma crítica estrutural de esquer-

da ou neo-Marxista das abordagens da paz liberal. Este enquadramento sugere que a intervenção ocidental está inevitavelmente reproduzindo hierarquias de poder devido às limitações estruturais das relações de mercado neoliberais – abrindo sociedades e economias através de demandas por democratização e mercado livre (PUGH, 2005; UGH; COOPER; TURNER, 2008). Esta abordagem foca-se sobre os problemas das políticas econômicas neoliberais para a reconstrução das sociedades pós-conflito e sugere, que, ao servir os interesses das potências ocidentais dominantes e das instituições financeiras internacionais, as políticas da paz liberal inevitavelmente reproduzem as condições e possibilidades do conflito (ABRAHAMSEN, 2000; BARBARA, 2008; CRAMER, 2006; JACOBY, 2007).

Tal abordagem muitas vezes se baseia na teoria crítica de Robert Cox para sugerir que a estreita abordagem de resolução de problemas realizada por decisores políticos ocidentais é problemática, uma vez que toma como certo os interesses desses atores e trata soluções econômicas baseadas no mercado como meras abordagens técnicas 'de resolução de problemas' para lidar com os problemas de desenvolvimento pós-conflito (COX, 1981). Estas abordagens críticas à paz liberal sugerem que é necessário refletir sobre esses pressupostos para revelar os interesses de poder que estão por trás dos mesmos e questionar a apresentação dessas políticas em termos técnicos e neutros (BELLAMY, 2008). Michael Pugh, por exemplo, tem destacado como as práticas econômicas neoliberais são naturalizadas como soluções técnicas para o desenvolvimento e reconstrução, marginalizando ou evitando discussões políticas de alternativas econômicas mais adequadas para as sociedades pós-conflito (PUGH, COOPER; TURNER, 2008).

Em segundo lugar, há uma abordagem mais estruturalista e Foucauldiana, que critica a 'paz liberal' não tanto na base liberal das suas políticas intervencionistas *per se*, mas os interesses por trás dessas políticas: entendidas como perpetuando as necessidades e interesses do capitalismo liberal, neoliberal ou biopolítico do Ocidente. Mark Duffield foi pioneiro nesta abordagem em seu livro, de 2001, chamado *Global Governance and the New Wars*. Aqui, o foco é menos sobre a abertura de economias não-Ocidentais ao mercado mundial e mais sobre a remodelação e transformação dessas sociedades a fim de evitar instabilidade. Em seu trabalho de 2001, Duffield ar-

gumentou que o projeto de ‘paz liberal reflete uma agenda radical de desenvolvimento no que toca a transformação social’, com o objetivo de “transformar as sociedades disfuncionais e afetadas pela guerra que ela encontra em suas fronteiras em entidades cooperativas, representantes, e especialmente, estáveis” (DUFFIELD, 2001, p. 11).

Tal intervenção liberal transformadora exigiu a radicalização dos discursos sobre desenvolvimento e segurança, dando às instituições externas de governança globais novos mandatos para: ‘alterar o equilíbrio de poder entre grupos e até mesmo para mudar atitudes e crenças’ (DUFFIELD 2001, p. 15). Em seu trabalho posterior, Duffield expande este enquadramento de projeção de interesses liberais em estabilizar ‘zonas de conflito’ através da utilização da concepção Foucauldiana de biopolítica, onde a intervenção é entendida como aquela que salva, desenvolve, ou provê a segurança o Outro, ao mesmo tempo legitimando e estendendo o controle regulatório externo (DUFFIELD 2007; DILLON; REID, 2009; JABRI, 2007). Duffield argumenta que no interesse da estabilização da ordem econômica neoliberal, as divisões entre o mundo ‘desenvolvido’ e o ‘subdesenvolvido’ são reproduzidas através de políticas de contenção, como por exemplo o desenvolvimento ‘sustentável’ ou ‘baseado na comunidade’.

A terceira abordagem se desenvolve a partir da abordagem da teoria crítica e da segurança humana. Como a primeira abordagem, ela destaca que as políticas da ‘paz liberal’ devem ser vistas como políticas e baseadas no poder, ao invés de soluções puramente técnicas (por exemplo, BELLAMY, 2008). Contudo, o foco é menos acentuado sobre as suposições relativamente às relações de mercado ou ao fato de assegurarem as necessidades do poder global neoliberal ou biopolítico, e mais acentuado sobre as suposições feitas sobre o enquadramento político e institucional e as formas positivistas e racionalistas do conhecimento Ocidental. Para escritores tais como Alex Bellamy, uma preocupação central é o foco problemático na reconstrução das formas de estado Vestefalianos; para Oliver Richmond, o foco está nos pressupostos liberais da comunidade política evocados na abordagem de ‘paz liberal’, que tendem a ignorar as preocupações vitais locais de identidade e cultura (RICHMOND, 2008a).

As abordagens baseadas no poder desta terceira categoria claramente levam em conta preocupações sobre a universalização das premissas liberais Ocidentais,

que serão abordadas na seção seguinte que esboça as críticas ‘baseadas em ideias’. No entanto, tais são classificadas dentro da primeira categoria já que a concepção de ‘poder’ Ocidental ainda desempenha um papel vital. Ao contrário das duas primeiras abordagens, esses enquadramentos mais subjetivos ou construtivistas de crítica sugerem que os enquadramentos da paz liberal, projetados através do poder Ocidental, podem ser contestados com sucesso por outras abordagens da paz liberal que sejam mais reflexivas, emancipatórias, ou que sejam ‘de cima para baixo’; o que sugere que não há necessariamente um conflito de interesses entre os intervêm e os que sofrem a intervenção (RICHMOND, 2008b, p. 462). Alguns comentaristas de dentro dessa perspectiva argumentariam que os políticos Ocidentais eleitos poderiam buscar políticas alternativas através da construção de seus interesses de um modo mais esclarecido, como por exemplo, através da busca por políticas mais orientadas para a segurança humana, que poderiam ser concebidas dentro de um auto-interesse Ocidental, em um mundo globalizado e interconectado, ou pelo fato de os atores não-estatais serem capazes de intervir de maneira a se engajarem de forma mais igualitária e empaticamente com aqueles no terreno (TADJBAKSH; CHENOY, 2007; MACLEAN; BLACK; SHAW 2006).

3 A Crítica ‘Baseada nas Ideias’

A crítica da paz liberal ‘baseada nas ideias’ apresenta-se como uma crítica dos pressupostos básicos de universalização do próprio discurso político liberal, ao invés de se ter meramente como uma crítica às formas de sua implementação. Esses críticos da paz liberal defendem enquadramentos menos liberais de intervenção, com menos atenção para a reconstrução de Estados soberanos, da democracia e do livre mercado. Apesar de defenderem e aspirarem os valores da democracia e do livre mercado, estes críticos argumentam contra a abordagem da paz liberal baseando-se no fato de que está não é adequada aos contextos dos Estados pós-conflito e situações de falência do Estado.

Esta abordagem tende a concentrar-se sobre o problema das ‘ideias’ ou ‘valores’ Ocidentais intervencionistas, e não sobre os interesses ou relações de poder. Apesar de sua crítica da tese da paz liberal parecer ser mais radical, suas intenções também podem ser entendi-

das como mais conservadoras ou mais orientadas para a política. Ao invés de problematizar as relações de poder ou os interesses por trás das decisões políticas, há uma tendência em ver a abordagem da paz liberal como uma projeção de ideais Ocidentais em um contexto onde tais podem ser contraproducentes. Esta crítica foi desenvolvida por Jack Snyder (2000), Fareed Zakharia (2003), Stephen Krasner (2004, 2005), Robert Keohane (2002, 2003) e Roland Paris (2004), entre outros, que argumentam que os pressupostos da paz liberal minaram a eficácia da construção do Estado em cenários pós-conflito.

Um dos pressupostos liberais fundamentais problematizados nesta abordagem é o do Estado soberano. Esses críticos argumentam que focar na (re)construção de Estados soberanos improvavelmente resolve os problemas das sociedades pós-conflito, apenas os reproduz. Krasner argumenta que a soberania é problemática para muitos Estados porque os mesmos não têm a capacidade para uma boa governança e exigem um enquadramento externo regulador a fim de garantir os direitos humanos e o Estado de Direito (FEARON; LAITIN, 2004). Robert Keohane avança uma perspectiva semelhante com diferentes níveis de estado aplicáveis a diferentes níveis de capacidade de governança:

De alguma forma temos que reconceitualizar o Estado como uma unidade política que pode manter a ordem interna ao mesmo tempo que é capaz de se engajar na cooperação internacional, sem a pretensão de clamar por direitos exclusivos... tradicionalmente associados à soberania (KEOHANE, 2003, p. 277).

Seguindo uma abordagem similar, Paris argumenta que os pressupostos da paz liberal – que a democracia e o mercado livre assegurarão o progresso social e a estabilidade – deixam de considerar a natureza problemática da transição. Ao questionar o pressuposto de que 'a liberalização promove a paz', Paris advoga menos ênfase nas políticas intervencionistas que promovem a democracia e o mercado, já que ambos podem incentivar a concorrência e conflitos sem haver estruturas institucionais adequadas (PARIS, 2004, p. 40-51). Em vez disso, Paris defende uma política de 'Institucionalização antes da Liberalização', a fim de estabelecer os enquadramentos regulatórios necessários para assegurar que as sociedades pós-conflito possam mover-se gradualmente (e com segurança) em direção a modelos liberais de democracia de mercado (PARIS, 2004, p. 179-211, HUNTINGTON, 1968; CHANDLER, 2006b).

Esses críticos da paz liberal não argumentam que eles são anti-liberais; apenas que o liberalismo, como projetado nos enquadramentos da paz liberal, precisam levar em conta o contexto não-liberal em que a intervenção acontece. Fareed Zakharia (2003), por exemplo, argumenta que, enquanto no Ocidente, temos historicamente associados liberalismo e democracia, em grande parte do mundo não-Ocidental, temos de fazer uma escolha entre o liberalismo e a democracia, já que, sem o quadro institucional de um governo limitado, 'eleições fornecem uma cobertura para o autoritarismo' e são 'apenas meras e legitimadoras de tomadas de poder'; e neste contexto, portanto, "o que a África precisa mais do que uma democracia urgente, é de uma boa governança" (ZAKHARIA, 2003, p. 98-99, SNYDER, 2000).

Esta crítica da paz liberal é que, ao invés de ser baseada nas necessidades e interesses das potências hegemônicas Ocidentais e das instituições financeiras internacionais, o problema é o projetar de uma compreensão idealizada do próprio desenvolvimento histórico do Ocidente; que tende a naturalizar o bom funcionamento do mercado e compreender os enquadramentos políticos liberais como um produto orgânico dos processos democráticos, tais como as eleições livres. Para esses críticos, os pressupostos fundadores da paz liberal são o problema: as tentativas de universalização dos modelos Ocidentais em contextos não-liberais, irão meramente reproduzir, e talvez até mesmo agravar, os problemas de conflito e instabilidade.

4 Um Consenso "Crítico"?

Este artigo procura argumentar que a intenção radical das críticas das políticas Ocidentais intervencionistas foi atenuada pelo fato de serem articuladas dentro da problemática da 'paz liberal', permitindo assim que a sua crítica fosse assimilada pelo discurso político de como a política pode ser reformada e legitimada na esteira do descrédito das reivindicações da formulação política Ocidental após os fiascos do Iraque e do Afeganistão. Os dois enquadramentos críticos bastante distintos da 'paz liberal' surgem a partir de diferentes perspectivas metodológicas e propósitos políticos. Enquanto as críticas 'baseadas nas ideias' tendem a procurar defender e legitimar a intervenção externa reguladora, as críticas 'baseadas no poder' tendem a desafiar e se oporem a estas estruturas

como projeção de poder e interesses Ocidentais. No entanto, ao criticar as intervenções de políticas Ocidentais desenvolvidas desde o fim da Guerra Fria, dentro da problemática da ‘paz liberal’ parece que há muitas vezes uma distância menor entre as abordagens radicais e as abordagens políticas do que poderia se supor, com base na intenção política e, ocasionalmente, há uma surpreendente grande área de confluência.

A crítica do liberalismo como um conjunto de pressupostos e práticas parece estar guiando a abordagem ao estudo de intervenções pós-Guerra Fria de maneira a produzir um enquadramento bastante unilateral de análise onde o conceito de liberalismo é mal equipado para suportar o peso analítico colocado em cima dele e parecendo cada vez mais esvaziado de conteúdo teórico ou empírico. O liberalismo parece ser usado indiscriminadamente para explicar uma ampla gama de perspectivas e práticas políticas contraditórias em circunstâncias muito diferentes e com resultados muito diferentes. Neste sentido, parece que o liberalismo funciona como um ‘campo de adversidade’ (FOUCAULT, 2008, p. 106) por meio do qual uma narrativa coerente de intervenção pós-guerra fria tem sido articulada por teóricos críticos e também pelo mais orientados para as políticas. O uso promíscuo do liberalismo para explicar abordagens políticas muito diferentes é, claro, facilitado pela natureza ambígua do próprio conceito.

É esta ambiguidade que permite que o liberalismo seja criticado a partir de direções opostas, e por vezes, pelo mesmo autor ao mesmo tempo. Bons exemplos disso são Roland Paris e Timothy Sisk (2009b), que criticam a construção ‘liberal’ da paz como sendo, ao mesmo tempo, muito *laissez-faire* e demasiadamente intervencionista na sua abordagem à regulação e gestão dos conflitos. Na literatura sobre a construção da paz hoje, a experiência do início e meados da década de 1990 e as políticas de ‘saída rápida’ das operações de construção da paz de ‘primeira geração’ na Namíbia, Nicarágua, Angola, Camboja, El Salvador, Moçambique, Libéria, Ruanda, Bósnia, Croácia e Guatemala, foi reembalada como evidência de que os intervenientes Ocidentais tinham muita fé no sujeito liberal (PARIS; SISK, 2009b). Da mesma forma, as respostas *ad hoc* para os problemas do início da década de 1990 sobre o desenvolvimento da construção da paz de uma ‘segunda geração’ com poderes de protetorados, como na Bósnia, Kosovo e Timor-Leste, têm sido criticadas como

arrogância liberal, no pressuposto de que senhores internacionais poderiam levar democracia, desenvolvimento e segurança para os outros. Parece que, ao invés de adicionar clareza, a crítica do ‘liberalismo’ de intervenção nos diz muito pouco.

O mecanismo pelo qual esses enquadramentos liberais têm sido facilitados e criticados é o da centralização discursiva dos Outros não-liberais; em nome de quem os críticos dessas políticas afirmam a necessidade de diferentes práticas políticas. Desta forma, os críticos de abordagens políticas passadas são evasivos quanto à uma crítica direta dos pressupostos liberais sobre igualdade, autonomia e capacidade transformadora, e no lugar disso argumentam que o Outro não-liberal (em várias formas) invalida, desafia ou resiste (passivamente, assim como ativamente) práticas políticas que de outra forma teriam sido menos problemáticas.

Ao invés de uma crítica do liberalismo por sua incapacidade de superar as desigualdades sociais, econômicas e culturais, tanto a política e crítica da paz liberal ‘baseada nas ideias’, quanto a crítica mais radical, ‘baseada no poder’, argumentam que desigualdades e diferenças sociais, econômicas e culturais precisam ser centrais para práticas políticas e invalidam esforços liberais universalizantes para reconstruir as sociedades pós-conflito. Neste contexto - em que a dicotomia entre uma esfera que realiza decisões políticas liberais e uma esfera não-liberal de intervenção política vem à tona - há uma tendência inevitável para um enquadramento consensual da problemática da construção do Estado ou intervenção na construção da paz como um problema de relação entre o ocidente liberal e o Outro não-liberal.

A rocha na qual as expectativas da paz liberal chocam-se é aquela do Outro não-liberal. O Outro não-liberal torna-se cada vez mais retratado como barreira às aspirações liberais Ocidentais de paz social e de progresso; seja porque não tem as capacidades institucional, social, econômica e cultural, que são consideradas necessárias para superar os problemas da paz liberal ou como um subalterno ou sujeito resistente, para quem os enquadramentos liberais de construção da paz ameaçam sua existência econômica ou social ou mesmo valores fundamentais ou identidades. A ‘crítica’ torna-se um pedido de desculpas já que esse foco discursivo sobre o não-ocidental ou o Outro não-liberal é frequentemente realizado para explicar a falta de sucesso da política e, por

meio disso, sugerir que a democracia ou desenvolvimento não são, de alguma forma, aspirações 'apropriadas' ou que expectativas precisam ser substancialmente diminuídas ou alteradas de modo a dar conta da diferença.

5 Construção Internacional do Estado e a Crítica do Liberalismo

Pareceria que as suposições na base das abordagens liberais de paz estão bastante visíveis aos olhos de seus espectadores críticos. A dificuldade empírica mais óbvia é que a política internacional em matéria de intervenção e construção do Estado parece ter pouca aspiração transformadora: longe de premissas do universalismo liberal, pareceria que, com o fracasso do desenvolvimento pós-colonial, especialmente a partir dos anos 70, os decisores da política internacional têm desenvolvido, historicamente, expectativas baixas sobre o que pode ser alcançado por meio de uma intervenção e assistência externa. A falta de uma crença transformadora é destacada por uma das principais preocupações dos críticos da política da paz liberal - o foco na construção das capacidades das instituições do Estado e a intervenção para a construção de sociedades 'civis'. O foco em soluções institucionais (tanto no nível formal como no informal) para os problemas de conflito e de transição é um indicativo do estreitamento das aspirações de transformação da sociedade à uma mera regulamentação ou administração da mesma - muitas vezes entendida de forma crítica como a 'securitização' do fazer política. Este é um longo caminho desde a promessa de transformação liberal e do discurso de 'libertar' sociedades economicamente e politicamente.

Na verdade, é o consenso de opinião sobre os perigos da democracia, que tem informado o foco nos direitos humanos e na boa governança. Para a crítica política e radical da paz liberal, enquadramentos de direitos liberais são muitas vezes considerados problemáticos em termos de perigos de exclusão e de extremismo. As abordagens de paz 'não liberais' de hoje não argumentam a favor da exportação da democracia - a libertação da esfera política com base no apoio para a autonomia popular. A linguagem de abordagens iliberais institucionalistas é aquela da democratização: a problematização do sujeito liberal, considerado incapaz de escolhas morais e racionais nas urnas, a menos que orientado por especialistas internacionais preocupados em promover a sociedade ci-

vil e valores pluralistas. Nesses enquadramentos, a realização de eleições serve como uma análise da população e do comportamento dos candidatos eleitorais, ao invés de um processo para o julgamento ou construção da política (que é vista como precisando de enquadramentos externos ou internacionais para a sua produção).

O foco no institucionalismo não deriva de uma crítica dos programas da paz liberal; abordagens institucionalistas desenvolvidas a partir da década de 1970 rapidamente ganharam preponderância com o fim da Guerra Fria. A partir de 1989, os governos e doadores Ocidentais têm enfatizado que as intervenções políticas não podem apenas apoiar-se na promoção da liberdade do mercado e da democracia, mas precisavam colocar a reforma institucional e a 'boa governança' no centro (ver, por exemplo, o Banco Mundial de 1989; 1992; 1997 e 1998). Mesmo em relação à Europa Central e do Leste foi regularmente salientado que as pessoas e os representantes eleitos não estavam preparados para a liberdade e que seria necessário um número de gerações antes que pudesse ser dito que a democracia foi 'consolidada' (DAHRENDORF, 1990). A literatura sobre transições foi baseada na crítica dos pressupostos liberais - por isso um período de transição foi necessário. Transição implicava que os mercados e a democracia não podiam funcionar sem a intervenção institucional externa para evitar instabilidade. Enquanto os mercados precisavam ser cuidadosamente geridos através da construção de políticas por parte do governo, era argumentado que a sociedade civil era necessária para garantir que a população aprendesse valores cívicos para tornar viável a democracia (FUKUYAMA, 1995; SCHMITTER; KARL 1991; O'DONNELL, 1996; GUNTHER et al, 1996).

Foi por meio do engajamento com a 'transição' e a negociação problemática do alargamento da União Europeia que a estrutura discursiva do institucionalismo liberal - onde os direitos humanos, o 'Estado de Direito', a sociedade civil e a anti-corrupção foram privilegiados sobre a democracia - foi programaticamente agrupada. Foi também através da discussão sobre a 'transição' que o conceito de autonomia soberana foi cada vez mais problematizado, inicialmente em relação às proteções para os direitos das minorias e, em seguida, cada vez mais ampliado para abranger outras áreas da política interna (CORDELL, 1998). Parece que os conceitos e valores chaves da 'paz liberal', tidos como tendo sido promovidos com vigor com a 'vitória do liberalismo' no final da Guer-

ra Fria, nunca foram tão um enquadramento tão dominante quanto seus radicais e críticos políticos alegavam.

Ao invés de tentarem transformar as sociedades não-Ocidentais em uma auto-imagem liberal do Ocidente, parece que os intervenientes externos tiveram muito mais aspirações de manutenção do *status quo*, preocupados com a estabilidade reguladora e a segurança regional e doméstica, do que com a transformação. Em vez de impor ou 'exportar' supostos modelos Ocidentais liberais, a política internacional tem girado em torno da promoção de medidas reguladoras e administrativas, que sugerem que os problemas não são a falta de mercados ou da democracia, mas sim de cultura de sociedade ou dos mecanismos de governança. Ao invés de promover a democracia e as liberdades liberais, as discussões têm sido sobre a forma como tampar ou gerenciar a 'complexidade' de sociedades não-Ocidentais, geralmente percebidas em termos de divisões étnicas e regionais fixas. A solução para a complexidade do Estado não-liberal e da sociedade tem sido a internacionalização dos mecanismos de governança, retirando a autonomia substantiva ao invés de promovê-la.

Embora seja verdade que a reconstrução de Estados esteja no centro de projetos externos de intervenção, seria errado ver o projeto de construção do Estado como aquele que visa a construção de uma ordem internacional liberal: os Estados sendo construídos nesses projetos de intervenção pós-conflito e em Estados falidos não são Estados liberais no sentido de terem autodeterminação e autonomia política. O Estado no centro do processo de construção do Estado não é o 'Estado Vestefaliano' de teorização clássica das Relações Internacionais. Sob os mecanismos internacionalizados de regulação de intervenção e construção de Estados, o Estado está cada vez mais reduzido a um nível administrativo, no qual a soberania já não marca uma linha divisória clara entre o 'dentro' e o 'fora' (WALKER, 1992). Se considerarmos o processo de construção do Estado da União Europeia (UE), explicitamente baseada em uma partilha de soberania, ou consideramos outras intervenções de construção do Estado, tais como as das instituições financeiras internacionais na África sub-Saariana, é claro que o Estado é fundamental enquanto um mecanismo para a coordenação externa e regulação e ao invés de um ator autônomo nos chamados termos 'Vestefalianos' (ver GHANI; LOCKHART 2008; também HARRISON, 2004; CHANDLER, 2006a).

6 Muito liberal?

Empiricamente, as críticas radicais da paz liberal podem estar corretas ao argumentar que as políticas externas de intervenção - que operam no nível formal de enquadramentos de exportação de direitos humanos, Estado de Direito e mecanismos de 'boa governança' - marginalizam as pessoas dessas sociedades. Isto, contudo, não é o mesmo que argumentar que isto ocorre porque os enquadramentos de intervenção são *muito liberais*. No nível empírico, não é problemático argumentar que o resultado destes programas externos de intervenção podem ser vistos como uma 'democracia de fachada' ou como a 'reprodução do fracasso do Estado' (CHOPRA, 2003; BICKERTON, 2007); ou realçar que as aspirações políticas ocidentais têm pouca entrada nas diferentes realidades, e muitas vezes, portanto, resultando em 'unidades políticas híbridas', onde o Estado concede formalmente às normas ocidentais mas informalmente ainda opera com base em hierarquias e exclusões tradicionais (ROBERTS, 2008).

Onde esse discurso crítico se torna problemático é na confiança com que seus defensores afirmam que as razões para essas falhas de política podem ser localizadas no liberalismo dos intervenientes ou no iliberalismo dos atores sujeitos à intervenção. Roland Paris, por exemplo, argumenta que 'não há nenhuma exigência lógica para que as agências internacionais ressuscitem Estados falidos *como Estados*, ao invés de como outro tipo de unidade política', e argumenta que este é o 'último capítulo da globalização do Estado Vestefaliano', onde esta forma de Estado é propagada apesar de suas falhas (PARIS, 2002, p. 654). Paris argumenta que, assim como o Outro não-liberal não pode lidar com a forma de Estado liberal, eles são igualmente inadequados para lidar com a democracia eleitoral, alertando particularmente contra a realização de eleições em situações de pós-conflito. Afirma-se que a realização de eleições quando as sociedades ainda estão divididas ou segmentadas é contraproducente, muitas vezes dando maior legitimidade para as partes em conflito e reforçando a legitimidade das forças bem-sucedidas no conflito. Muitas vezes, as soluções defendidas pelos críticos dessa política seguem moldes semelhantes no que diz respeito tanto à soberania quanto à democracia: a necessidade de um maior engajamento internacional nas instituições do Estado, sob o pretexto de garantir que nenhuma voz seja 'excluída' e da necessidade de diminuir a autonomia das autoridades eleitas. Sob a rubrica da críti-

ca da paz liberal, esses críticos da paz liberal muitas vezes defendem a reforma das intervenções políticas para longe do foco sobre os enquadramentos dos direitos liberais e da democracia eleitoral.

Quando se trata de aspirações de desenvolvimento e modernização, há uma redução similar de horizontes através da crítica discursiva do universalismo liberal, centrada, de forma semelhante, na suposta capacidade de dar 'voz' às necessidades e preocupações do Outro não-liberal. Neste sentido, muitas vezes é difícil diferenciar as perspectivas políticas dos pontos de vista de alguns dos críticos mais radicais da paz liberal. Existe o perigo de que o liberalismo seja criticado não por sua incapacidade de universalizar o crescimento econômico e superar os problemas do desenvolvimento desigual e combinado, mas por suas aspirações ao próprio desenvolvimento. Por exemplo, Michael Pugh afirma que, ao invés do 'racionalismo econômico do empreendimento (capitalista)', outros valores 'não liberais', devem ser levados em conta. Seguindo o trabalho destes críticos dos modelos de desenvolvimento liberais, Amartya Sen (SEN, 1999) argumenta que nas sociedades não-liberais:

Desigualdades e necessidades não-fisiológicas são consideradas mais significativas do que a pobreza absoluta, ou, além do ponto de sobrevivência, as necessidades fisiológicas. Isso significa que pessoas assistidas não são destituídas... elas podem optar por viver humildemente a fim de se satisfazerem. Essa abordagem reconhece que os caminhos para a modernização podem não ser convergentes, e que os povos marginalizados do mundo têm o direito de escolher a medida em que, e como, se integram na economia global (PUGH, 2005, p. 34).

Parece que no cerne das críticas política e radical da paz liberal está uma crítica das aspirações liberais ao invés de uma crítica das políticas e práticas intervencionistas internacionais. A crítica reflete a facilidade com que o liberalismo tornou-se um 'campo de adversidade' através do qual tanto a reforma política quanto as reivindicações críticas para o avanço teórico podem ser feitas. A construção de um 'campo de adversidade' liberal parece ter pouca relação com as realidades políticas. Tal se reflete no fato de que, enquanto houver um consenso sobre a visão de que as políticas Ocidentais são problemáticas por serem muito liberais, há muito menos atenção à forma como os problemas do mundo pós-colonial podem ser abordados de outra forma. Aqui, como veremos a seguir, a crítica discursiva da paz liberal infelizmente tem

muito pouco a oferecer nas formas de se ir além das atuais perspectivas políticas.

7 Além da Crítica da Paz Liberal?

Parece que os críticos ostensivamente mais radicais, aqueles que apontam a natureza problemática das relações de poder – as críticas 'baseadas no poder' abordadas anteriormente – na verdade, possuem muito pouco a oferecer como alternativa crítica às políticas atuais de intervenção e construção do Estado, além da diminuição da escala das possibilidades de uma mudança social. Os principais críticos da paz liberal, como Mark Duffield, Michael Pugh e Oliver Richmond – trabalhando através de enquadramentos teóricos críticos que problematizam as relações de poder e destacam a importância da diferença – sugerem que a diferença entre o Ocidente liberal e o Outro não-liberal não pode ser diminuída através de políticas Ocidentais. Para Pugh (2005, 2008), como visto anteriormente, ao se levar a teoria crítica à sua conclusão lógica, a racionalidade capitalista está ela mesma condenada por seus impulsos de universalização e desestabilização. Da mesma forma, para Duffield, parece que o problema das relações hegemônicas de poder e conhecimento não pode ser superado, tornando qualquer projeção dos ideais de desenvolvimento ou democracia potencialmente opressiva (DUFFIELD, 2007, p. 215-234). Oliver Richmond, já sistematizou essa perspectiva destacando os problemas das formas disciplinares de conhecimento das abordagens da 'paz liberal' e sugerindo que, embora possa ser possível ir além das mesmas através do uso de abordagens pós-positivistas e etnográficas – permitindo aos intervenientes externos terem um maior acesso ao conhecimento da 'vida cotidiana' em sociedades não-liberais sob intervenção – qualquer tentativa de saber, ao invés de apenas expressar 'empatia', está aberta ao abuso hegemônico (RICHMOND, 2008a, p. 149-165).

Parece que, sem um agente político de transformação social emancipatória, os críticos radicais da paz liberal 'baseados no poder', que apoiam-se nas perspectivas da teoria crítica, não podem ir além do vínculo em que se fixaram, que é de superação de estruturas hegemônicas de conhecimento e poder. Na verdade, pode-se argumentar que essas abordagens críticas, sem terem a base de um sujeito político para dar conteúdo à teorização crítica, em última análise acabam por possuir uma abordagem acrí-

tica ao poder. O poder é assumido ao invés de teorizado, fazendo com que os limites ao poder pareçam meramente externos ao mesmo. É assumido que há uma tentativa de transformar o mundo em termos liberais e que o fracasso em fazê-lo pode, portanto, ser usado para argumentar que as formas liberais de conhecimento são inadequadas. A crítica não é, essencialmente, do poder ou da intervenção, mas do conhecimento limitado dos intervenientes liberais. A alternativa não é a da transformação social emancipatória, mas a da pesquisa especulativa e passiva por formas diferentes e não-liberais de conhecimento e saber. Esta surge claramente nas conclusões de Duffield, Richmond e outros, e destaca a falta de uma alternativa crítica embutida nessas abordagens.

Os críticos mais ostensivamente conservadores da paz liberal, atraídos em grande parte à esfera de decisão política, têm objetivos políticos muito mais claros em sua crítica da paz liberal. Isso se manifesta em seu foco na reforma institucional, entendida como uma forma de reconciliar os Estados e sociedades não-liberais tanto com o mercado quanto com as formas democráticas. Este, assim como o discurso da transição antes deste, é uma crítica radical dos pressupostos liberais clássicos. Em sua defesa destes entendimentos, discursivamente enquadrados como uma crítica à 'paz liberal', eles têm um ponto de referência claro. Embora, como destacado acima, este ponto de referência seja ficcional: uma narrativa construída de intervenção pós-Guerra Fria, que lhes permite fundamentar a redução gradual das expectativas políticas contra um enquadramento de aspirações liberais supostamente irrealistas.

O discurso institucionalista de intervenção e regulação não é um de universalismo liberal e transformação, mas um de possibilidades restritas, onde a democracia e o desenvolvimento são tornados 'ócos' e, ao invés de incorporar as possibilidades do sujeito humano autônomo, estas possibilidades tornam-se mecanismos de controle e ordenação. A institucionalização reduz a lei a um código administrativo, a política a um processo decisório tecnocrático, e os direitos civis e democráticos a algo para o suplicante ao invés de para o cidadão, substitui a conjunto de cidadãos pela sociedade civil, e a promessa de modernidade capitalista pelas políticas de redução da pobreza em favor dos pobres. Conceitualizar esta inversão de premissas liberais básicas e ontologias como 'liberalismo' seria fazer com que a palavra não tivesse qualquer sentido,

e ao mesmo tempo apostar tudo no significado assumido e nos riscos envolvidos na crítica da paz 'liberal'.

8 Conclusão

A crítica da paz liberal baseia-se no pressuposto de que a intervenção Ocidental é demasiadamente 'liberal'. O fato de que esta é muito liberal é alegadamente revelada na sua falta de sucesso no terreno; no seu fracasso em alcançar resultados liberais. Para os críticos de vertente mais política, as fontes desta falha estão localizadas na natureza não-liberal das sociedades que recebem a intervenção. No quadro político dominante das agendas intervencionistas, tal fracasso é devido à falta de capacidade das sociedades e elites políticas nacionais; para leituras mais radicais, o impacto problemático da elaboração externa de políticas é muitas vezes re-lido como a resistência de modos de vida e conhecimento tradicionais, que devem ser, antes de tudo, compreendidos abordados com empatia.

Se a crítica da intervenção se verte para seu liberalismo, então sugere que a auto-imagem do Ocidente está sendo projetada onde a mesma não pode operar. A crítica pode facilmente lisonjear o auto-entendimento dos intervenientes liberais de que se eles são incapazes de transformar as sociedades pós-conflito e estados fracassados, com os quais estão envolvidos, é apenas porque eles não podem facilmente ser outra coisa senão liberais, e porque as sociedades sofrendo a intervenção não estão prontas para enquadramentos liberais de governança. Esta crítica, pode, na verdade, resultar na reprodução do binário ideológico de uma divisão civilizacional entre os que intervêm e os que sofrem a intervenção, o que aparentemente é confirmado cada vez que as abordagens mais intervencionistas parecem ter pouco impacto e parecem ter diminuído em escala.

Há um número de problemas com a construção crítica da 'paz liberal'. Tais problemas surgem não apenas do fato de que as políticas intervencionistas sendo criticadas parecem estar longe de serem 'liberais'. Uma preocupação maior é a maneira com que o termo 'liberal' parece ter-se tornado uma afirmação fácil e não problemática de intenção crítica. A crítica da 'paz liberal' – e a sua habilidade de abarcar ambos os defensores das políticas e os críticos radicais da intervenção – parece revelar muito mais sobre a situação problemática do pensamento radical e liberal do que sobre as políticas e práticas de in-

tervenção e construção do Estado. O enquadramento ostensivo da 'paz liberal' – da ontologia dinâmica transformadora do sujeito racional universal – já havia, há muito, sido criticada e deslocada pela estrutura de governança e poder regulador. É peculiar, nestas circunstâncias, que a discussão política dominante e a formulação discursiva radical de intervenção do pós-Guerra Fria devam ambos assumir tal forma.

Embora uma intenção de pedido de desculpas possa talvez ser razoavelmente aplicada a alguns críticos que trabalham nos círculos de decisões políticas, tentando justificar a continuação e renovação dos atuais enquadramentos políticos, esse enquadramento não pode ser tão facilmente aos pés daqueles que articulam críticas da paz liberal 'baseadas no poder'. Que a crítica radical da 'paz liberal' reproduz enquadramentos semelhantes às críticas institucionalistas da paz liberal orientadas para política, destaca o uso do paradigma liberal como um 'campo de adversidade' para dar coerência às estruturas radicais de crítica. No entanto, ao focar no alvo do liberalismo ao invés de nas práticas políticas e nos próprios discursos, há um perigo de que a crítica radical possa ser inscrita em apoio ao projeto institucionalista, que procura reescrever as falhas da intervenção pós-Guerra Fria como um produto das tendências universalizantes de uma abordagem liberal e sugere que devemos desistir das aspirações liberais do passado tendo como base uma apreciação da 'diferença' irreconciliável do sujeito não-liberal.

Referências

- ABRAHAMSEN, R. *Disciplining Democracy: development discourse and good governance in Africa*. London: Zed Books, 2000.
- BARBARA, J. Rethinking Neo-liberal State Building: building post-conflict development states?. *Development in Practice*, United Kingdom, v. 18, n. 3, p.307-318, 2008.
- BARNETT, M. Building a Republican Peace: stabilizing states after war. *International Security*, Cambridge, MA, USA, v. 30, n. 4, p.87-1120, 2006.
- BELLAMY, A. "The Next Stage in Peace Operations Theory". In: BELLAMY, A; Paul Williams (eds.). *Peace Operations and Global Order*. London: Routledge, 2008, p.17-38.
- BICKERTON, C. J. State-building: exporting state failure. In: BICKERTON, P. Cunliffe; GOUREVITCH, A. (Ed.). *Politics without Sovereignty*. London: University College Press, 2007, p.93-111.
- CHANDLER, D. *Empire in Denial: the politics of state-building*. London: Pluto Press, 2006a.
- CHANDLER, D. Back to the Future?: The Limits of Neo-Wilsonian Ideals of Exporting Democracy. *Review of International Studies*, Cambridge, United Kingdom, v. 32, n. 3, p.475-494, 2006b.
- CHESTERMAN, S.; IGNATIEFF, M.; THAKUR, R. (Ed). *Making States Work: state failure and the crisis of governance*. New York: United Nations University Press, 2005.
- CHOPRA, J. "Building State Failure in East Timor". In: MILLIKEN, J. (Ed.). *State Failure, Collapse and Reconstruction*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 223-243.
- CORDELL, K. (Ed.). *Ethnicity and democratisation in the New Europe*. London: Routledge, 1998.
- COX, R. W. Social Forces, States and World Orders. *Millennium: Journal of International Studies*, New York City, NY, USA, v. 10, n. 2, p.126-55, 1981.
- CRAMER, C. *Why Civil War is Not a Stupid Thing: accounting for violence in developing countries*. London: Hurst & Co., 2006.
- DAHRENDORF, R. *Reflections on the revolution in Europe: in a letter intended to have been sent to a gentleman in Warsaw, 1990*. London: Chatto & Windus, 1990.
- DILLON, M.; REID, J. *The liberal way of war: killing to make life live*. London: Routledge, 2009.
- DOBBINS, J. et al. *The beginners guide to nation-building*. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2007.
- DUFFIELD, M. *Global Governance and the new wars: the merging of development and security*. London: Zed Books, 2001.
- DUFFIELD, M. *Development, Security and Unending War: governing the world of peoples*. Cambridge: Polity, 2007.
- FEARON, J. D.; LAITIN, D. D. Neotrusteeship and the Problem of Weak States. *International Security*, Cambridge, v. 28, n. 4, p. 5-43, 2004.

- FOUCAULT, M. *The birth of biopolitics: lectures at the collège de france 1978-1979*. Basingstoke: Palgrave-MacMillan, 2008.
- FUKUYAMA, F. The Primacy of Culture. *Journal of Democracy*, Washington, DC, USA, v. 6, n. 1, p.7-14, 1995.
- GHANI, A.; LOCKHART, C. *Fixing Failed States: a framework for rebuilding a fractured world*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- GUNTHER, R. et al. Debate: Democratic Consolidation: O'Donnell's "Illusions": a Rejoinder", *Journal of Democracy*, Washington, DC, USA, v. 7, n. 4, p.151-159, 1996.
- HARRISON, G. *The World Bank and Africa: the construction of governance state*. London: Routledge, 2004.
- HUNTINGTON, S. *Political Order in Changing Societies*. New Haven: Yale University Press, 1968.
- JABRI, V. *War and the Transformation of Global Politics*. Basingstoke: MacMillan, 2007.
- JACOBY, T. Hegemony, Modernisation and Post-War Reconstruction, *Global Society*, Kent, United Kingdom, v. 21, n. 4, p.521-537, 2007.
- JAHN, B. The Tragedy of Liberal Diplomacy: Part One, *Journal of Intervention and Statebuilding*, United Kingdom, v. 1, n. 1, p.87-106, 2007a.
- JAHN, B. The Tragedy of Liberal Diplomacy: Part Two", *Journal of Intervention and Statebuilding*, United Kingdom, v. 1, n. 2, p.211-229, 2007b.
- KEOHANE, R. O. Ironies of Sovereignty: The European Union and the United States, *Journal of Common Market Studies*, United Kingdom, v. 40, n. 4, p.743-763, 2002.
- KEOHANE, R. Political Authority after Intervention: Gradations in Sovereignty. In: HOLZGREFE, J. L.; KEOHANE, R. (Eds.). *Humanitarian Intervention: ethical, legal and political dilemmas*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p.275-298.
- KRASNER, S. Sharing Sovereignty: new institutions for collapsing and failing states. *International Security*, Cambridge, MA, USA, v. 29, n. 2, p.5-43, 2004.
- KRASNER, S. The Case for Shared Sovereignty. *Journal of Democracy*, Washington, DC, USA, v. 16, No. 1, p.69-83, 2005.
- MACLEAN, S. M.; BLACK, D. R.; SHAW, T. M. (Ed.). *A Decade of Human Security: global governance and new multilateralisms*. Aldershot: Ashgate, 2006.
- O'DONNELL, G. Illusions about Consolidation. *Journal of Democracy*, Washington, DC, USA, v. 7, n. 2, p. 34-51, 1996.
- PARIS, R. International Peacebuilding and the Mission Civilisatrice, *Review of International Studies*, Cambridge, United Kingdom, v. 28, n. 4, p.637-656, 2002.
- PARIS, R. *At War's End: building peace after civil conflict*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- PARIS, R.; SISK, T. D. (Ed.). *The Dilemmas of Statebuilding: confronting the contradictions of postwar peace operations*. London: Routledge, 2009a.
- PARIS, R.; SISK, T. D. Introduction: Understanding the Contradiction of Postwar Statebuilding. In: PARIS, R.; SISK, T. D. (Ed.). *The Dilemmas of Statebuilding: Confronting the Contradictions of Postwar Peace Operations*. London: Routledge, 2009b. p.1-20.
- PUGH, M. "The Political Economy of Peacebuilding: a critical theory perspective". *International Journal of Peace Studies*, Fairfax County, Virginia, USA, v. 10, n. 2, p.23-42, 2005.
- PUGH, M.; COOPER, N.; TURNER, M. (Ed.). *Whose Peace? Critical Perspectives on the Political Economy of Peacebuilding*. Basingstoke: MacMillan, 2008.
- RICHMOND, O. P. *The Transformation of Peace*. Basingstoke: MacMillan, 2005.
- RICHMOND, O. P. *Peace in International Relations*. London: Routledge, 2008a.
- RICHMOND, O. P. Reclaiming Peace in International Relations. *Millennium: Journal of International Studies*, New York City, NY, USA, v. 36, n. 3, p. 439-470, 2008b.
- RICHMOND, O. P.; MAC GINTY, R. (eds.). The Liberal Peace and Post-War Reconstruction. *Global Society*, Kent, United Kingdom, v. 21, n. 4, 2007.
- ROBERTS, D. "Hybrid Polities and Indigenous Pluralities: Advanced Lessons in Statebuilding from Cambodia". *Journal of Intervention and Statebuilding*, United Kingdom, v. 2, n.1, p.63-86, 2008.
- SCHMITTER, P. C.; KARL, T. L. "What Democracy is... and is Not". *Journal of Democracy*, Washington, DC, USA, v. 2, n. 3, p.4-17, 1991.

SEN, A. *Development as Freedom*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

SNYDER, J. *From Voting to Violence: democratization and nationalist conflict*. New York: W. W. Norton, 2000.

TADJBAKSH, S.; CHENOY, A. M. *Human Security: concepts and implications*. London: Routledge, 2007.

WALKER, R. B. J. *Inside/Outside: international relations as political theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

WORLD BANK. *Sub-Saharan Africa: from crisis to sustainable growth: a long-term perspective study*. Washington, D.C.: World Bank, 1989.

WORLD BANK. *Governance and Development*. Washington, D.C.: World Bank, 1992.

WORLD BANK. *The State in a Changing World: world development report, 1997*. New York: Oxford University Press, 1997.

WORLD BANK. *Assessing Aid: what works, what doesn't, and why. a world bank policy research report*. New York: Oxford University Press, 1998.

ZAKHARIA, F. *The Future of Freedom; illiberal democracy at home and abroad*. New York: W. W. Norton, 2003.

**Para publicar na revista
Universitas Relações Internacionais,
entre no endereço eletrônico www.publicacoesacademicas.uniceub.br.
Observe as normas de publicação, facilitando e agilizando o trabalho de edição.**